



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA BÁ

REQUERIMENTO Nº **0657/2020**

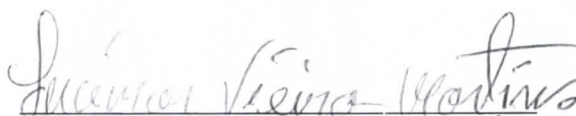
Requer a transcrição, para os anais desta Casa Legislativa Municipal, da matéria "Saúde pública em risco", publicada no Jornal Diário do Nordeste, edição de 07 de fevereiro de 2020.

Exmº Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

A Vereadora LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ) vem à presença de V. Exª requerer que se digne proceder a transcrição, para os anais da Câmara Municipal de Fortaleza, da matéria "Saúde pública em risco", em anexo, publicada no Jornal Diário do Nordeste, página 18, seção Região, edição de 07 de fevereiro de 2020.

"106 cidades atingiram menos de 75% da cobertura vacinal em 2019. A meta estipulada pela Organização Mundial da Saúde é de 90% a 95%. O Estado sofreu decréscimo de 15,1% na cobertura de crianças de até 1 ano de idade de 2018 para 2019, o que acende o alerta para doenças já erradicadas"

Departamento Legislativo, em 07 de fevereiro de 2020


LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ)
Vereadora do PTC

DEPTO LEGISLATIVO RECEBIDO
FEV. 2020
<u>09.00</u>
 Servidor:

106 cidades atingiram menos de 75% da cobertura vacinal em 2019

A meta estipulada pela Organização Mundial da Saúde é de 90% a 95%. O Estado sofreu decréscimo de 15,1% na cobertura de crianças de até 1 ano de idade de 2018 para 2019, o que acende o alerta para doenças já erradicadas

#Vacinação regiao@svm.com.br



A cobertura vacinal limitada contribui para o ressurgimento de doenças já erradicadas, como o sarampo e paralisia infantil. No Ceará, a cobertura diminuiu em 2019

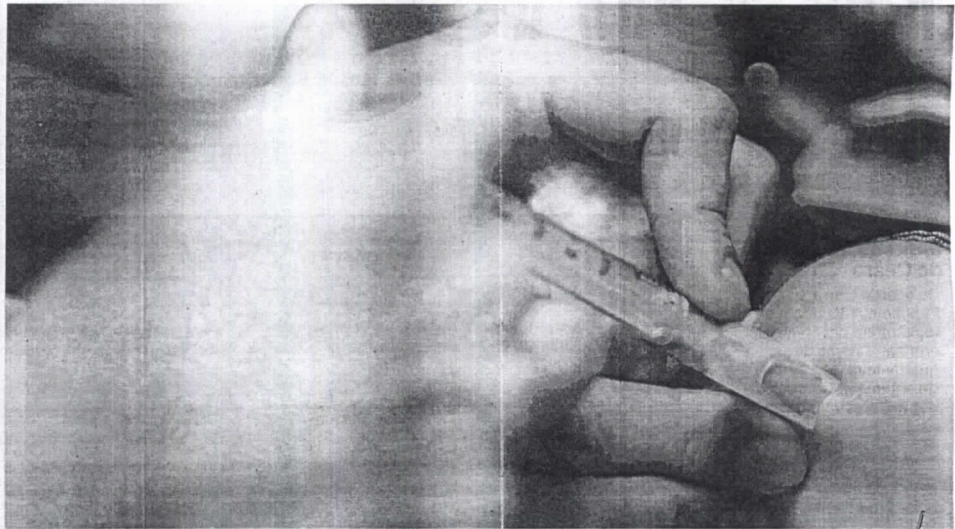


FOTO: A. ROSA

Saúde pública em risco

57,4%

DOS MUNICÍPIOS COM BAIXA COBERTURA VACINAL

O MPCE verificou que, no ano passado, 106 cidades não alcançaram 75% da cobertura nas seis principais vacinas, embora a meta seja de 90% para a BCG e 95% para as demais. Destas, 21 estão em situação ainda mais preocupante

A imunização correta é um dos principais fatores de prevenção de doenças e protege, além da pessoa vacinada, quem não recebeu a dose. No Ceará, a preocupação maior é voltada para 21 municípios que não atingiram sequer 70% da Cobertura Vacinal (CV) nas seis principais vacinas disponibilizadas pelo Estado em 2019. Além destes, outras 85 cidades registraram cobertura entre 70% e 75%, o que também é considerado baixo e pode aumentar o risco de epidemias. Os dados são disponibilizados pelo Programa Nacional de Imunização (PNI).

A meta estipulada pela Orga-

nização Mundial da Saúde (OMS) é de 90% para a BCG e 95% para as demais doses. As principais vacinas, segundo o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), são: BCG, que previne contra a tuberculose; Pentavalente (difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e causadas por Haemophilus influenzae e tipo B); Pneumocócica 10v (pneumonia); Meningocócica C (meningite); Vacina Inativada Poliomielite (VIP), contra a poliomielite; e Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola). Do grupo, as duas últimas despertam maior atenção.

Doenças erradicadas

O sarampo era considerado uma doença erradicada no

Brasil. Porém, a partir de 2016, o País voltou a registrar casos da doença. Em 2019, o Ceará notificou nove casos e voltou a integrar a lista de estados com transmissão ativa do sarampo. A poliomielite, ou paralisia infantil, também é considerada uma doença erradicada. O Ministério da Saúde não registra casos, no Brasil, desde 1990. Porém, a baixa cobertura vacinal e casos identificados em outros países nos últimos anos, como no Paquistão e no Afeganistão, deixam as autoridades em alerta.

"Em 2018, a maioria dos municípios atingiu a cobertura vacinal para sarampo e poliomielite, que é um cenário que pode emergir porque outros países começaram a registrar ca-

sos, portanto, precisamos reforçar essa vacinação. Na Tríplice Viral, também conseguimos atingir a meta de cobertura em 2018. Mas, no último ano (2019), nós realmente tivemos uma queda e vários municípios não conseguiram atingir a meta (acima de 95%)", ressalta Ana Rita Cardoso, coordenadora de Imunização do Estado, da Secretaria de Saúde do Ceará (Sesa).

Na avaliação dela, a redução da cobertura se deve a "alguns fatores complicadores", como o desabastecimento, em âmbito nacional, de algumas doses, e mudanças no sistema de registro. "Esses fatores podem contribuir para que haja um sub-registro, que pode não corresponder à reali-